

PROCESSO TC Nº 06779/08

LICITAÇÃO SEGUIDA DE CONTRATO. Julga-se regular com ressalvas a Licitação, quando satisfeitas as exigências legais pertinentes, determinando-se o arquivamento. Recomendação ao atual gestor.

ACÓRDÃO	AC2	TC	0317	7/10
1100112110			0017	

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC Nº 06779/08, referente à licitação na modalidade Tomada de Preços nº 01/2008, seguida do Contrato nº 02/2008, procedida pelo Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira, objetivando a aquisição de portas, forras, janelas, caibros e alisares, ACORDAM os membros integrantes da 2ª CÂMARA do Tribunal de Contas do Estado, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, em JULGAR REGULAR COM RESSALVAS a licitação mencionada, ordenando, assim, o arquivamento do processo, recomendando-se, antes, ao atual gestor, a não repetição das irregularidades em referência, conferindo maior observância aos ditames da Lei nº 8.666/93, recomendando-se, também ao atual representante da unidade técnica no sentido de maior apego às normas licitatórias e contratuais situadas na ordem jurídica pátria.

Assim decidem tendo em vista que as falhas detectadas inicialmente pela Auditoria, foram sanadas parcialmente, após apresentação de esclarecimentos pelo interessado, portanto a douta Procuradoria entende que as irregularidades apontadas pelo Corpo Técnico são meramente formais, não descaracterizando a competição pública em sua inteireza, salvo no que tange à necessidade de ampla publicidade da licitação com a especificação nos avisos locais onde se disponibilizaria o edital do certame.

Diante do exposto, o Parquet Especial, pugna pela regularidade com ressalvas da presente Tomada de Preços, sugerindo recomendação ao atual representante da unidade técnica no sentido de maior apego às normas licitatórias e contratuais situadas na ordem jurídica pátria.

Presente ao julgamento o representante da Procuradoria Geral. TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara – Mini-Plenário Conselheiro Adailton Coelho Costa. João Pessoa, em 16 de março de 2010.



Cons. Arnóbio Alves Viana Presidente

Cons. Flávio Sátiro Fernandes Relator

Fui presente:	
	Representante do Ministério Público